PROJETO DE LEI Nº , DE 2011

(Do Sr. **Gabriel Chalita**)

Acrescenta inciso VIII ao artigo 43 à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 43 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 43

.....

VIII – Incentivar o exercício da cidadania junto ao ambiente acadêmico, valorizando a prática do voluntariado com sua respectiva inserção no histórico escolar para fins de integralização curricular do corpo discente, nos termos da Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Estudar e trabalhar são atividades coletivas que constituem um mundo social cuja natureza ultrapassa o âmbito da decisão individual.

Assim se destina o ambiente acadêmico, para que além da formação profissional, o aprendizado da convivência se desenvolva com responsabilidade e compromisso em seu exercício cotidiano.

A Constituição Federal, em seu artigo 205, assim também dispõe quando estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Pois é a partir do disposto acima que compreendemos que, o conceito de pleno desenvolvimento da pessoa e o exercício da cidadania constrói profissionais capazes de agir com competência necessária para o mercado de trabalho.

Destarte, alguns estudos sobre o tema consideram que o voluntariado, como parte de uma ação educativa integral, também proporciona benefícios específicos, como os de ordem cognitiva, pois sob o ponto de vista pedagógico, o voluntariado pode enriquecer a abordagem dos temas transversais propostos pela Lei de Diretrizes e Bases, contribuindo para a apreensão dos conteúdos de diversas disciplinas, na medida em que permite conjugar teoria com uma prática relevante, humanizadora e indutora de mudanças.

Nesse sentido, a proposta em tela especificada nesta propositura se coaduna com o incentivo à prática dos princípios norteadores para a ação pedagógica, sendo estes: os princípios éticos, necessários para o desenvolvimento de atitudes autônomas, responsáveis, solidárias e de respeito pelo outro e pelo bem comum; os princípios estéticos, fundamentais para o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, do respeito à diversidade e os princípios políticos, essenciais para a percepção dos direitos e deveres, imprescindíveis para o exercício da cidadania, para o respeito à ordem democrática e para o despertar do sentimento de pertencimento por meio da participação ativa e responsável.

Assim, juntamente com esta proposta, foi apresentado outro projeto de lei, para análise desta Câmara dos Deputados, a fim de acrescentar artigo à Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências”, com o intuito de estabelecer os termos necessários para a exata adequação documental da proposta ora ofertada, a fim de formalizar o direito elencado do aluno de ter a inclusão no histórico escolar visando a integralização curricular, da atividade voluntária por ele exercida.

Sala das Sessões, em de 2011.

GABRIEL CHALITA
Deputado Federal
PMDB/SP